

Ofício FENASPS nº134/2023

Brasília-DF, 29 de setembro de 2023.

Ao Senhor

**Alessandro Stefanutto**

Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)

Brasília-DF

**Assunto:** Imposição de ampliação de atendimentos na Reabilitação Profissional, além da capacidade de cada profissional de referência

Prezado senhor Presidente,

A Diretoria Colegiada da Federação Nacional representativa dos Sindicatos em Trabalho, Saúde, Previdência, Seguro Social e ANVISA, entidade com sede e foro no SDS, Edifício Venâncio V, loja 28, Brasília – DF, solicita que as situações de imposição de ampliação do número de atendimentos na Reabilitação Profissional, além da capacidade de cada profissional, cessem imediatamente.

Conforme a FENASPS vem reiteradamente expondo, as situações de imposição e assédio nos serviços previdenciários se aprofundam a cada dia. Situações que se configuram uma violência aos trabalhadores(as) dos serviços previdenciários, bem como, o sucessivo desmonte da Reabilitação Profissional e do Serviço Social no INSS em nível mais perverso que o governo anterior. Nenhuma medida até o momento, que representa de fato a reconstrução e reestruturação dos serviços previdenciários foi realizada no atual governo, ao contrário, aprofundam um desmonte acelerado.

Recentemente, mais uma medida imposta por gestores da Reabilitação Profissional é ampliar o número de segurados(as) em acompanhamento do Programa de Reabilitação Profissional, de 16 para 32 novos segurados(as) por mês. Cabe destacar, que esses novos segurados(as) vão incorporar os(as) segurados(as) que cada profissional já acompanha, ampliando progressivamente cada mês, alguns servidores(as) com 100, 200, 300 ou mais segurados(as) que já acompanham. É humanamente impossível atender esses trabalhadores(as) com qualidade, além de levar os(as) servidores(as) ao adoecimento em massa.

Segundo relatos dos servidores(as) da Reabilitação Profissional, essa é uma medida de um suposto plano de ação construído de forma unilateral pelos gestores desse serviço previdenciário e imposto aos profissionais. Ressalta-se que não há nos serviços previdenciários nenhum espaço de diálogo

e construção com a participação dos(as) servidores(as). As medidas são autoritárias e assediadoras, por vezes com ameaças.

Importante evidenciar, que ao realizar um atendimento inicial de avaliação socioprofissional, esses segurados passam por diversas ações e procedimentos, são acompanhados por meses, as vezes por mais de um ano, com situações de diversas intercorrências no processo. Não se trata de um atendimento único e pontual. Sem se importar com o acúmulo progressivo de segurados(as) em acompanhamento por profissional de referência e a qualidade do serviço prestado por esse importante serviço previdenciário, a gestão técnica tem imposto a ampliação unilateral das agendas dos(as) trabalhadores(as) da Reabilitação Profissional.

O suposto “plano de trabalho” unilateral e impositivo, tem por objetivo de “limpar a fila” da Reabilitação Profissional e, certamente, cessar milhares de benefícios por incapacidade dos(as) segurados(as) em lista de espera. O objetivo é fazer um “pente fino” na Reabilitação Profissional nos moldes das Medidas Provisórias dos governos Temer e Bolsonaro, projeto de morte para a classe trabalhadora. Sem benefício e incapacitado para o trabalho, houve situações de suicídios, além de grande aumento da judicialização do INSS, onerando os cofres públicos.

Reiteramos a solicitação que cessem as situações de assédio, imposições e autoritarismo nos serviços previdenciários. Nesse sentido, que seja interrompido de forma imediata a imposição de ampliação dos(as) segurados(as) em acompanhamento por profissional de referência.

Os(as) servidores(as) defendem a reestruturação do Serviço Social e Reabilitação Profissional. Se há a intenção de humanização do INSS, conforme discurso do presidente do INSS e ministro, essas medidas demonstram um total descompasso nessa direção.

Atenciosamente,

  
**Carlos Roberto dos Santos**  
**FENASPS**